

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.047.775,45	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		147.313.507,78	0,013865
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		295.805.302,90	0,027840
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		281.015.037,76	0,026448
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		226.224.772,61	0,025056
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos		7.325.156,89	979.402,79

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 24 de janeiro de 2022, 14:00hs.

FRANCISCO PETRÔNIO NEPOMUCENO LOPES
Analista Judiciária - Auditoria Interna

ROSILÉIA MORAIS SALAZAR MONTEIRO
Secretária de Administração e Finanças

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA TRE Nº 19, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao terceiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - 02011.2020-8, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2021, constituído do Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal e do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, constantes dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

R\$ 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ^(b)	
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.180.607,69	8.354.188,01	8.297.110,35	8.549.261,82	8.569.538,97	8.423.281,20	8.252.437,66	8.370.721,68	8.401.593,95	8.341.705,23	12.645.501,35	8.638.023,87	108.023.971,78	1.060.159,62
Pessoal Ativo	9.190.086,44	7.026.479,63	6.954.235,54	7.153.162,42	7.060.343,60	7.049.461,11	6.881.804,52	6.976.716,25	7.022.953,05	6.990.435,16	10.600.578,41	7.296.594,93	90.202.851,06	1.039.237,95
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.110.582,69	5.945.957,00	5.873.875,03	6.071.846,40	5.988.269,61	5.976.398,87	5.808.422,85	5.901.869,12	5.946.996,11	5.915.674,19	8.453.278,55	6.222.679,82	76.215.850,24	1.007.486,11
Obrigações Patronais	1.079.503,75	1.080.522,63	1.080.360,51	1.081.316,02	1.072.073,99	1.073.062,24	1.073.381,67	1.074.847,13	1.075.956,94	1.074.760,97	2.147.299,86	1.073.915,11	13.987.000,82	31.751,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.990.521,25	1.327.708,38	1.342.874,81	1.396.099,40	1.509.195,37	1.373.820,09	1.370.633,14	1.394.005,43	1.378.640,90	1.351.270,07	2.044.922,94	1.341.428,94	17.821.120,72	20.921,67
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.485.887,71	990.591,75	1.005.758,18	1.005.758,18	1.075.159,65	1.019.026,10	1.015.839,15	1.015.554,21	1.015.554,21	988.183,38	1.443.286,06	955.173,29	13.015.771,87	13.921,67
Pensões	504.633,54	337.116,63	337.116,63	390.341,22	434.035,72	354.793,99	354.793,99	378.451,22	363.086,69	363.086,69	601.636,88	386.255,65	4.805.348,85	7.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.990.521,25	1.327.708,38	1.345.061,95	1.399.390,38	1.703.110,40	1.389.847,39	1.372.988,68	1.394.587,80	1.378.731,80	1.351.270,07	2.045.017,93	1.354.797,88	18.053.033,91	20.921,67
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	2.187,14	3.290,98	193.915,03	16.027,30	2.355,54	582,37	90,90	-	94,99	13.368,94	231.913,19	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.990.521,25	1.327.708,38	1.342.874,81	1.396.099,40	1.509.195,37	1.373.820,09	1.370.633,14	1.394.005,43	1.378.640,90	1.351.270,07	2.044.922,94	1.341.428,94	17.821.120,72	20.921,67
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.190.086,44	7.026.479,63	6.952.048,40	7.149.871,44	6.866.428,57	7.033.433,81	6.879.448,98	6.976.133,88	7.022.862,15	6.990.435,16	10.600.483,42	7.283.225,99	89.970.937,87	1.039.237,95
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR						% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					1.062.519.047.775,45						-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					91.010.175,82						0,008566			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					195.524.755,17						0,018402			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					185.748.517,41						0,017482			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					175.972.279,65						0,016562			

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2022 às 16h e 30m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.233, de 20 de janeiro de 2022, publicada em 21 de janeiro de 2022.



ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.047.775,45	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		91.010.175,82	0,008566
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		195.524.755,17	0,018402
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		185.748.517,41	0,017482
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		175.972.279,65	0,016562
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos		9.535.216,38	38.502,79

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2022 às 16h e 30m.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a")

R\$1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))	(g)	(h) = (f-g)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	8.885.048,27	689.696,03	9.628,93	545.533,36	-	7.640.189,95	7.640.189,95	-	-
Recursos Ordinários	8.885.048,27	689.696,03	9.628,93	545.533,36	-	7.640.189,95	7.640.189,95	-	-
0100 - Recursos Ordinários	8.876.679,93	689.696,03	9.628,93	537.165,02	-	7.640.189,95	7.640.189,95	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	8.368,34	-	-	8.368,34	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.321.107,05	-	2.190,00	11.587,20	373.800,63	1.933.529,22	1.895.026,43	-	38.502,79
Recursos Vinculados ao RPPS	20.921,67	-	-	-	-	20.921,67	20.921,67	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	20.921,67	-	-	-	-	20.921,67	20.921,67	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	2.300.185,38	-	2.190,00	11.587,20	373.800,63	1.912.607,55	1.874.104,76	-	38.502,79
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.922.567,40	-	2.190,00	11.587,20	-	1.908.790,20	1.870.287,41	-	38.502,79
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0151 - Recursos livres da Seguridade Social	3.817,35	-	-	-	-	3.817,35	3.817,35	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	373.800,63	-	-	-	373.800,63	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	11.206.155,32	689.696,03	11.818,93	557.120,56	373.800,63	9.573.719,17	9.535.216,38	-	38.502,79

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 21/janeiro/2022 às 16h e 30m.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 7.563.163,25.

TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA

Diretora-Geral

Substituta

Secretária de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES

Coordenador de Controle Interno e Auditoria

Des. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 1.622 -TRE-PRE-DG-AEDG, DE 26 DE JANEIRO DE 2022

O DESEMBARGADOR PASCHOAL CARMELLO LEANDRO, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

- Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2021, constante dos anexos a esta Portaria.
- Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PASCHOAL CARMELLO LEANDRO

